

Direito Internacional Público

Professor: Joyce Lira

Segurança coletiva e uso da força – Parte IV – 76

Resumo

Mecanismos de pressão

1. contramedidas: retorsão e represálias

As contramedidas inseridas no ambiente comercial, nessa modalidade mais unilateral, em função do princípio da função do Estado, pode provocar uma situação de total desequilíbrio e desproporcionalidade.

As contramedidas não podem ser tomadas em qualquer situação. Ela deve sempre respeitar e não pode violar os princípios da soberania, da cooperação e decorrentes da cooperação e do própria proibição do uso da força, que não pode ser indiscriminado - a regra é que primeiro se resolva com a negociação.

Temos portanto, que as contramedidas são excepcionais e posteriores a negociação. E os procedimentos de institucionalização dessas contramedidas também possuem como natureza essencial o respeito a negociação previa e a excepcionalidade das contramedidas.

2. uso lícito da força: fundamentado na Carta da ONU. Apresenta duas principais manifestações – legítima defesa e segurança coletiva.

“Os Estados mais fortes sempre tentaram legitimar suas ações militares em outros Estados, baseando-se em um dos critérios acima, principalmente na legítima defesa. No entanto, durante a Guerra Fria, os Estados o bloco ideológico contrário aquele que praticava ingerência questionavam a legitimidade e a licitude dessas ações. Quando havia uma ingerência militar por um Estado do bloco soviético, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França contestavam a ilicitude e vice e versa.” (Varella)

Existem, portanto, duas modalidades de uso lícito da força militar:

Legítima defesa – realizada por um ou vários **Estados** com base na legítima defesa;

Segurança coletiva – operada pela **Organização das Nações unidas ou a Organização Internacional**.

Legítima defesa – art. 51 Carta da ONU – prevê o direito de um Estado agir em legítima defesa, individual ou coletiva, quando houver um ataque armado. A legítima defesa é considerada como um direito fundamental do Estado, basilar do sistema jurídico internacional. Existe uma diferença conceitual entre teoria anglo-saxã, que utiliza o termo autodefesa (*self defense*) e o conceito europeu continental que prefere a expressão legítima defesa.

A agressão que autoriza a legítima defesa deve ser atual ou iminente, o que gera problemas, pois há dificuldade de demonstrarmos que um ataque armado é iminente e eu por isso iremos reagir. É requisito

que o ato de legítima defesa seja imediatamente comunicado ao Conselho de Segurança da ONU. Existe uma possibilidade de uma limitação enquanto um pressuposto também, de que essa resposta por meio da legítima defesa ocorra de acordo com o Conselho de Segurança.

Agressão: “é o emprego da força armada por um Estado contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política de um outro Estado, de forma incompatível com a carta da ONU (Resolução 3314 (XXIX), de 1974). Não se refere, portanto, a uma forma qualquer de agressão. A carta da ONU faz referência apenas a ingerência militar. A ingerência econômica ou ideológica entre os Estados sempre existe em maior ou menor grau e se intensifica com o processo de globalização.” (Varela)

Tempo da agressão: “o ato de agressão não precisa ter ocorrido. O Estado, em face da iminência de um ataque, pode reagir, neutralizando as capacidades de outro Estado em atacá-lo. Um ataque pode ser considerado iminente quando existem indícios fortes de que está prestes a ocorrer. Trata-se de uma avaliação subjetiva, que tem sido objeto de polemicas recentes, como a guerra dos Seis Dias, quando Israel atacou o Egito alegando legítima defesa, uma vez que o ataque era iminente e irremediável.” (Varela)

Política de dissuasão: pode apresentar o indicio de que uma agressão pode acontecer e diante dessa política de dissuasão é possível que a legítima defesa internacional seja exercida.

Exemplo de política de dissuasão: aqueles países que vão fazer testes nucleares com suas novas armas dentro do seu próprio território. Essa demonstração de poder bélico indica a iminência de um ataque. Se já existir nesse ambiente uma tensão de natureza militar entre esse estado que está fazendo essa política de dissuasão e um outro estado que está se sentindo oprimido, é possível que o estado reaja.

A Corte Internacional de Justiça se manifestou no sentido de não haver um costume internacional de política de dissuasão. Não é lícito reconhecer a política de dissuasão no ambiente internacional.